



## **CONTROLE INTERNO E O DESEMPENHO FINANCEIRO DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3**

Bacharel/Bachelor Liliane Alves da Silva<sup>1</sup>, Aluno Doutorado/Ph.D. Student Letícia Gomes Locatelli [ORCID iD](#)<sup>2</sup>

<sup>1</sup>USP/ESALQ, São Paulo, São Paulo, Brazil. <sup>2</sup>UNISINOS, Porto Alegre, Rio Grande de Sul, Brazil

**Aluno Doutorado/Ph.D. Student Letícia Gomes Locatelli**

[0000-0003-3451-2269](#)

**Programa de Pós-Graduação/Course**

Doutorado em Ciências Contábeis

### **Resumo/Abstract**

O controle interno é uma ferramenta essencial para gestão financeira das empresas. Este estudo propõe apresentar a importância do controle interno nas organizações e sua relação com o desempenho organizacional medido através dos índices de Retorno sobre o Ativo (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). A utilização dos controles internos torna-se indispensável para assegurar a fidedignidade e garantir a confiabilidade das demonstrações contábeis de uma organização e é uma ferramenta primordial para uma gestão eficiente. Este trabalho é caracterizado como pesquisa aplicada, classificada como descritiva e documental, com abordagem quantitativa. Para tanto, foi utilizada uma amostra composta por 88 empresas, pertencentes ao índice IBrX100, conforme listadas no Brasil, Bolsa e Balcão (B3) no período de 2018 a 2021. Em relação aos controles internos, os dados foram obtidos no Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, no capítulo 4 – Órgãos de Fiscalização e Controle no sistema da B3. Os dados referentes aos índices de rentabilidade foram obtidos a partir das demonstrações financeiras disponíveis no sistema da B3 e na base de dados Economatica®. Após a coleta de dados, foi utilizado um modelo de regressão linear múltipla, e os resultados concluíram que os controles internos afetaram positivamente o desempenho financeiro das empresas.

### **Modalidade/Type**

Artigo Científico / Scientific Paper

### **Área Temática/Research Area**

Contabilidade Financeira e Finanças (CFF) / Financial Accounting and Finance

## **CONTROLE INTERNO E O DESEMPENHO FINANCEIRO DAS EMPRESAS LISTADAS NA B3**

### **Resumo**

O controle interno é uma ferramenta essencial para gestão financeira das empresas. Este estudo propõe apresentar a importância do controle interno nas organizações e sua relação com o desempenho organizacional medido através dos índices de Retorno sobre o Ativo (ROA) e Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE). A utilização dos controles internos torna-se indispensável para assegurar a fidedignidade e garantir a confiabilidade das demonstrações contábeis de uma organização e é uma ferramenta primordial para uma gestão eficiente. Este trabalho é caracterizado como pesquisa aplicada, classificada como descritiva e documental, com abordagem quantitativa. Para tanto, foi utilizada uma amostra composta por 88 empresas, pertencentes ao índice IBrX100, conforme listadas no Brasil, Bolsa e Balcão (B3) no período de 2018 a 2021. Em relação aos controles internos, os dados foram obtidos no Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, no capítulo 4 – Órgãos de Fiscalização e Controle no sistema da B3. Os dados referentes aos índices de rentabilidade foram obtidos a partir das demonstrações financeiras disponíveis no sistema da B3 e na base de dados Econômica<sup>®</sup>. Após a coleta de dados, foi utilizado um modelo de regressão linear múltipla, e os resultados concluíram que os controles internos afetaram positivamente o desempenho financeiro das empresas.

**Palavras-chave:** Controles internos; ROA; ROE; desempenho financeiro.

### **1 Introdução**

As empresas, independentemente de seu porte, encontram-se em um ambiente social, econômico e empresarial. Neste sentido, a gestão e as informações contábeis são aspectos que se completam em todos os seus processos. As informações financeiras tornam possíveis o desenvolvimento estratégico de uma organização para atingir os seus objetivos, que, em conjunto com o controle interno e a contabilidade, fornecem informações aos gestores para que seja possível alcançar seus objetivos e metas (Beuren, 2000).

O controle interno é um mecanismo da governança corporativa, sendo um elemento relevante para a gestão financeira da organização. Os controles internos de uma organização são os procedimentos, métodos ou rotinas realizadas com o objetivo de proteger os seus ativos, produzindo dados contábeis confiáveis que ajudam a administração na condução dos negócios da organização, e são exercidos pelos colaboradores em todos os níveis da empresa, o controle interno tem a finalidade de assegurar e impedir fraudes e desvios (Almeida, 2017; Chiavenato, 2003; Maffei, 2015).

Em 1985 foi criada nos Estados Unidos, a *National Commission on Fraudulent Financial Reporting* ou Comissão Nacional sobre Fraudes Financeiros, e o primeiro objeto desse estudo foi o controle interno (Pizo, 2018).

Em 1992, foi publicado o *Internal Control – Integrated Framework* ou Controles Internos – Um Modelo Integrado, que se tornou referência mundial para a aplicação dos controles internos. Posteriormente passou a ser conhecido como *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* ou Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão *Treadway* (COSO), cuja finalidade é promover melhorias nas demonstrações financeiras de modo a prevenir e evitar fraudes nos relatórios financeiros e contábeis, não tem



poder normativo, é uma estrutura de boas práticas de governança corporativa. O modelo do COSO teve uma atualização em 2013 (COSO, 2013).

Os controles internos financeiros devem fazer parte da rotina das organizações. Lopes et al. (2019), afirmam que para a empresa atingir seus objetivos e metas de forma satisfatória, precisam realizar de forma contínua os seus controles, com isso seus objetivos serão alcançados.

Para dar suporte às decisões estratégicas das empresas, são consideradas as particularidades de cada organização, considerando indicadores financeiros e não financeiros, com isso relacionando os objetivos estratégicos com os operacionais, e criando controles que permitem que a organização identifique com eficiência os seus objetivos (Bortoluzzi et al., 2010).

Com base nas demonstrações financeiras, o desempenho das empresas pode ser medido por meio de indicadores. O Retorno sobre o Ativo ou *Return on Assets* (ROA), o Retorno sobre o Investimento ou *Return on Investment* (ROI) e o Retorno sobre o Patrimônio Líquido ou *Return on Equity* (ROE) são indicadores financeiros que medem a rentabilidade de uma empresa (Assaf, 2020). Segundo Damodaran (2004) o indicador Retorno sobre o Ativo e o indicador Retorno sobre o Investimento medem a eficiência operacional em gerar lucros a partir de seus ativos.

Silva (2013) informa que o Retorno sobre o Patrimônio Líquido, mede o capital dos acionistas nas empresas, indica o quanto que os acionistas serão remunerados. Em geral, quanto mais alto esse índice, melhor para os acionistas. O Retorno sobre o Patrimônio Líquido é um dos critérios mais utilizados para medir o desempenho das empresas nas análises econômico-financeiras (Wardil, 2009).

Diante disso, cabe perguntar: os controles internos impactam o desempenho financeiro das empresas listadas na B3?

O estudo justifica-se em apresentar a aplicação quanto ao uso dos controles internos das organizações para a obtenção de seus resultados, e com a efetivação desses controles as empresas podem controlar de forma adequada o seu patrimônio.

O presente estudo está estruturado em quatro seções, sendo a primeira a presente introdução, seguida pela descrição dos materiais e métodos. A terceira seção apresenta a análise e discussão dos resultados, enquanto a quarta seção traz as considerações finais do estudo. Por fim, são apresentadas as referências bibliográficas.

## 2 Material e Métodos

Com objetivo de facilitar a leitura, o item metodologia foi dividido em: I) desenvolvimento da hipótese, II) classificação do estudo; III) população; IV) amostra; V) coleta de dados e VI) técnica de análise de dados.

### 2.1 Desenvolvimento da Hipótese

A relação entre os controles internos e o desempenho organizacional já foi avaliada em estudos precedentes. O estudo de Lizote et al. (2021), analisou o controle interno e a sua relação com o desempenho organizacional. A amostra foi composta por 68 empresas do setor de vestuário, localizadas na região Sul, o estudo avaliou o uso dos controles internos de contas a pagar e contas a receber em relação ao desempenho das empresas. Os resultados mostraram uma relação positiva e significativa em relação ao uso dos controles internos de contas a receber e contas a pagar, ou seja, quanto maior o uso dos controles internos, melhor é o desempenho das empresas.



Já o estudo de De Almeida et al. (2018), analisou a relação das práticas de governança corporativa e o desempenho empresarial das empresas de capital aberto para o subsetor de engenharia e construção, o setor de construção e o setor de transporte para as empresas listadas na B3, a amostra da pesquisa foi composta por 30 empresas no ano de 2013. Em relação ao indicador econômico medido pelo ROE, os resultados mostraram que o índice de governança corporativa influencia positivamente o desempenho das empresas. Ou seja, quanto maiores são as práticas empregadas de governança corporativa nas empresas, maior é o seu desempenho em relação ao ROE. A conclusão do estudo foi que as boas práticas de governança corporativa são importantes para a organização.

A pesquisa de Catapan et al. (2013), por sua vez, analisou a relação entre a governança corporativa e o desempenho econômico-financeiro das empresas brasileiras de capital aberto, no período de 2008 a 2010, a amostra da pesquisa foi composta por 111 empresas. Para a mensuração do desempenho financeiro, foram utilizadas as variáveis dependentes ROA e Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA) ou *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* (EBITDA), os resultados mostraram que a relação do índice de governança corporativa com as variáveis de desempenho ROA e EBITDA são positivas, entretanto, não são significativas.

Dada a literatura revisada, o estudo apresenta a seguinte hipótese:

**Hipótese:** Os controles internos impactam positivamente no desempenho financeiro das empresas listadas na B3.

## 2.2 Classificação do estudo

Para o presente trabalho a metodologia de estudo é considerada pesquisa aplicada, e tem como característica o interesse na aplicação, na utilização e nas práticas dos conhecimentos, tem como finalidade prática a necessidade de resolver problemas concretos, imediatos ou não (Gil, 2019; Vergara, 2016).

Quanto aos objetivos, o trabalho é classificado como pesquisa descritiva, e pretende estudar as características de um grupo, de uma determinada população ou fenômeno (Gil, 2022).

Considerando a abordagem do trabalho, a pesquisa se classifica como pesquisa quantitativa. Essa pesquisa proporciona qualificar os dados por meio de números e técnicas estatísticas, desde as formas mais simples, como percentual, média e desvio padrão, como as mais complexas como coeficiente de correlação e análise de regressão, essas medidas possibilitam verificar a existência da relação entre variáveis (Gil, 2019; Marconi & Lakatos, 2021).

Quanto aos procedimentos técnicos, este trabalho consiste em uma pesquisa documental. Essa pesquisa se fundamenta em documentos, escritos ou não, que se denominam como fontes primárias, esses documentos são elaborados com finalidades diversas, entre elas relatos de pesquisas, relatórios e compilações estatísticas. Os dados disponibilizados na pesquisa documental, consegue identificar a formulação do problema, a identificação e localização das fontes, acesso e avaliação dos documentos, a organização e a interpretação dos dados e a elaboração de relatórios (Gil, 2022; Marconi & Lakatos, 2021).

## 2.3 População e amostra

A população do estudo compreendeu as empresas listadas no Brasil, Bolsa, Balcão (B3), pertencentes no Índice Brasil 100 (IBrX100) entre os anos de 2018 a 2021. Justifica-se a escolha



da amostra, dado que o índice integra 100 empresas de diversos setores de atuação com maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro.

Conforme estudo de Camargo e Flach (2016), as empresas do setor financeiro apresentam especificidades em suas regulamentações, em seus controles internos e em seus relatórios financeiros (como, por exemplo, os normativos do Banco Central do Brasil e acordos de Basileia), sendo assim para esse estudo foram excluídas as empresas financeiras.

A amostra da pesquisa é composta pelas empresas do índice IBrX100 que dispunham dos dados necessários à pesquisa como apresentado na Tabela 1.

Tabela 1

**População e amostra do estudo**

Empresas	Número de empresas
População total (empresas listadas IBrX100)	100
(-) Empresas financeiras	(8)
(-) Empresas com dados incompletos	(4)
(=) Amostra da pesquisa	88

Fonte: Dados originais da pesquisa

De acordo com a tabela 1, a amostra é composta por 88 empresas listadas no índice IBrX100 do sistema da B3, que disponibilizaram suas informações entre o período de 2018 a 2021. No total foram excluídas 8 empresas do setor financeiro e 4 empresas cujos dados estavam incompletos para a pesquisa, com isso foram contabilizadas 333 observações para cada variável no modelo de regressão.

## 2.4 Coleta de dados

O período para a coleta dos dados compreendeu entre os anos de 2018 e 2021, visto que o Informe do Código de Governança Corporativa foi instituído para as empresas constantes no índice IBrX100 a partir do ano de 2018, conforme divulgado no *site* Comissão de Valores Mobiliários (CVM), na Resolução CVM n.º 59, de 22/12/2021.

As informações referentes aos controles internos das empresas em estudo, foram obtidas através do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas, disponíveis no capítulo 4 – Órgãos de Fiscalização e Controle, conforme divulgadas no sistema da B3.

Os dados financeiros para os cálculos dos índices referentes ao ROA e o ROE foram coletados a partir das demonstrações financeiras disponíveis no sistema da B3 e na base de dados Economática®.

## 2.5 Técnica de análise de dados

Após a coleta dos dados, a hipótese foi testada por meio de uma regressão linear múltipla, que forneceu subsídios para analisar os indicadores de desempenho e a relação com os controles internos. O objetivo da análise de regressão e correlação é estimar numericamente o grau de relação entre duas ou mais variáveis explicativas, métricas ou *dummies* (Bruni, 2011; Fávero, 2015).

O modelo econométrico empregado no estudo é expresso através da Equação (1).

$$DFin_{it} = \beta_0 + \beta_1 CI_{it} + Controles + \varepsilon_{it} \quad (1)$$



onde,  $DFin_{it}$  é o desempenho financeiro da empresa  $i$  no ano  $t$  medido pelo ROA para H1 e ROE para H2;  $CI_{it}$  representa a métrica de controles internos da empresa  $i$  no ano  $t$ ; e *Controles* são as variáveis de controle (endividamento, tamanho, novo mercado, setor e ano) utilizadas no modelo para a empresa  $i$  no ano  $t$ .

A variável dependente do modelo foi representada pelo Desempenho Financeiro (*DFin*) da empresa  $i$  no período  $t$ . O desempenho financeiro foi estimado através dos índices financeiros ROA e ROE.

O ROA é um dos indicadores de rentabilidade mais importantes de uma empresa, é calculado pelo lucro líquido gerado pelos ativos (lucro operacional) dividido pelo ativo total médio (Assaf, 2020; Marion, 2010). Estudos de Da Silva et al. (2019) utilizaram o ROA como medida de desempenho, desta forma o ROA foi calculado dividindo-se o lucro líquido do ano ( $t$ ) pelo ativo total do ano anterior ( $t-1$ ).

O ROE é um índice que possibilita medir a eficiência da empresa em remunerar os proprietários ao capital investido, pode ser calculado dividindo o lucro líquido pelo patrimônio líquido médio (Assaf, 2020; Marion, 2010). Para fins de pesquisa, o ROE foi calculado dividindo-se o lucro líquido do ano ( $t$ ) dividido pelo patrimônio líquido inicial do período (Curcino et al., 2014).

A variável independente do modelo foi representada pelo Controle Interno (*CI*) da empresa  $i$  no período  $t$ . As práticas de controle interno das empresas foram identificadas a partir do campo 4 – Órgãos de Fiscalização e Controle, divulgadas no Informe do Código de Governança Corporativa publicado pelas empresas e disponíveis para consulta no sistema da B3. O informe contém 10 práticas referentes aos controles internos onde as empresas informam se atendem, atendem parcialmente, não atendem ou se a prática em questão não se aplica à empresa. A informação é prestada anualmente para cada uma das 10 práticas relacionadas. Dada a possibilidade de respostas, foi atribuído o valor de 1 para resposta “atente”, 0,5 para “atende parcialmente” e 0 para “não atende” ou “não se aplica”. A soma da pontuação obtida para cada empresa em cada ano estabeleceu uma medida de controles internos no período por uma variável escalar que varia de zero a dez (Brandão & Crisóstomo, 2015; Crisóstomo & Girão, 2019).

Para garantir um melhor ajuste no modelo, foram incluídas nessa pesquisa quatro variáveis de controle: o índice de endividamento (*END*), o tamanho da empresa (*TAM*), o nível de governança corporativa (*NGC*) e o setor da empresa (*SET*).

Conforme pesquisas anteriores, o índice de endividamento da empresa  $i$  foi calculado em  $t$  (razão entre o valor do passivo e o ativo total); o tamanho da empresa foi calculado pelo ativo total da empresa  $i$  em relação ao período  $t$ ; o nível de governança corporativa consiste em uma variável dicotômica que indica se a empresa está listada no segmento Novo Mercado (1) ou nos outros segmentos de governança corporativa da B3 (0) e o setor da empresa deu-se a partir da classificação da B3 constante na Economatica® (Catapan et al., 2013; Gonçalves et al., 2019; Kalil & Benedicto, 2018; Nunes et al., 2010). Para o modelo, foram aplicadas variáveis *dummy* para setor e para ano.

As variáveis empregadas na pesquisa estão sintetizadas na Tabela 2.



Tabela 6

**Variáveis da pesquisa**

Variável	Descrição
Variáveis dependentes	
ROA <sup>(1)</sup>	Razão entre o lucro líquido no período $t$ e o ativo total no período $t-1$
ROE <sup>(2)</sup>	Razão entre o lucro líquido da empresa $i$ no período $t$ e o patrimônio líquido inicial do período
Variável independente	
CI <sup>(3)</sup>	Somatório das práticas de Controle Interno obtido a partir do Informe do Código de Governança Corporativa da empresa $i$ no ano $t$
Variáveis de Controle	
Endividamento	Endividamento da empresa $i$ em $t$ (razão entre o valor do passivo total e o ativo total)
Tamanho da Empresa	Logaritmo natural do ativo total da empresa $i$ no período $t$
Novo mercado	Variável “dummy” que indica se a empresa está listada no segmento Novo Mercado (1) ou nos outros segmentos de governança corporativa da B3 (0) em $t-1$
Setor da empresa	Variável “dummy” criada a partir do Setor de atuação da empresa segundo a classificação da B3 constante na Economática®

Fonte: Dados originais da pesquisa

Nota: <sup>(1)</sup> Retorno sobre o Ativo (ROA); <sup>(2)</sup> Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE); <sup>(3)</sup> Controle Interno (CI).

### 3 Resultados e Discussão

Os resultados obtidos na pesquisa incluem a estatística descritiva das variáveis e os resultados da análise de regressão dos indicadores financeiros ROA e ROE.

A Tabela 3 apresenta as práticas de governança corporativa relacionadas para a composição da variável independente. Conforme as práticas levantadas, é possível observar que das empresas estudadas, as práticas relacionadas ao Comitê de Auditoria, 38% das empresas atendem as práticas recomendadas e 35% das empresas atendem parcialmente. Os resultados mostraram que a maioria das empresas, com resultados de 79% e 76%, conforme itens 4.2.1 e 4.2.2 respectivamente, atendem as práticas recomendadas referentes aos princípios do Conselho Fiscal. Os resultados apresentaram que com 42% para o item 4.3.1 e 79% para o item 4.3.2 das empresas atendem aos princípios relacionados com auditoria independente. E em relação à auditoria interna, 68% das empresas pesquisadas adotam essa prática em seus processos.

Para o princípio relacionado com o Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Integridade/Conformidade (*Compliance*), mostrou que a maioria das empresas desse estudo adotam as práticas recomendadas, ou seja, 71%, 85% e 72% para os itens 4.5.1, 4.5.2 e 4.5.3, respectivamente, atente aos requisitos conforme o item 4.5 dos princípios da governança corporativa.

As 10 práticas referentes aos controles internos, contendo os princípios da governança corporativa e a descrição das práticas recomendadas de cada item, estão descritas conforme o Anexo 1.

Os percentuais das empresas desse estudo em relação as práticas de governança corporativa recomendadas estão apresentadas na Tabela 3.



Tabela 7

**Práticas de governança corporativa**

Princípios da governança corporativa	Item GC <sup>(1)</sup>	Atende (%)	Atende parcial (%)	Não Atende (%)	Não aplica (%)
4.1 Comitê de Auditoria	4.1.1	38	35	27	0
4.2 Conselho Fiscal	4.2.1	79	1	8	12
	4.2.2	76	8	4	13
4.3 Auditoria Independente	4.3.1	42	35	23	0
	4.3.2	79	14	7	0
4.4 Auditoria Interna	4.4.1	68	13	19	0
	4.4.2	16	3	1	80
4.5 Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Integridade/Conformidade ( <i>Compliance</i> )	4.5.1	71	20	9	0
	4.5.2	85	11	4	0
	4.5.3	72	23	5	0

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Nota: <sup>(1)</sup> Governança Corporativa (GC)

A Tabela 4 apresenta o número de observações, média, desvio padrão, valor mínimo e valor máximo, e visa mostrar os resultados da estatística descritiva das variáveis da pesquisa, que compreenderam no período de 2018 a 2021.

Conforme a Tabela 4, os resultados evidenciaram que, em relação aos indicadores de desempenho, para o ROA apresentou uma média de 5%, e os valores mínimo e máximo foram detectados no valor de -56,4% e 71,5%, respectivamente. A variável ROE a média foi de 9%, e os valores mínimo e máximo foram de -17,79 e 6,622, respectivamente.

A variável controle interno apresentou uma média de 7,0, e com valor mínimo de 1,5 e máximo de 10, em um total das 10 práticas referentes aos controles internos, conforme divulgados no campo 4 – Órgãos de Fiscalização e Controle, no Informe do Código de Governança Corporativa publicado pelas empresas e disponíveis para consulta no *site* da B3.

Em relação às variáveis de controle, o endividamento apresentou uma média de 3,21 e com valor mínimo de 0,406 e valor máximo de 262,5. Para o nível de governança corporativa, em média, 68,2% das empresas que compuseram a amostra, estão listadas no segmento Novo Mercado. E em relação ao tamanho das empresas desse estudo, apresentou uma média de 16,77% das empresas.

As estatísticas descritivas das variáveis estão apresentadas na Tabela 4.

Tabela 4

**Estatísticas descritivas das variáveis da pesquisa**

Variável	Observações	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
ROA <sup>(1)</sup>	333	0,0587	0,105	-0,564	0,715
ROE <sup>(2)</sup>	333	0,0996	1,335	-17,79	6,622
CI <sup>(3)</sup>	333	7,065	1,752	1,500	10
Endividamento	333	3,213	16,43	0,406	262,5
Novo Mercado	333	0,682	0,467	0	1
Tamanho da Empresa	333	16,77	1,233	13,09	20,71

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Nota: <sup>(1)</sup> Retorno sobre o Ativo (ROA); <sup>(2)</sup> Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE); <sup>(3)</sup> Controle Interno (CI)





Para esse estudo, a matriz de correlação evidenciou que os dados das variáveis têm baixa correlação entre elas (todas abaixo de 0,5), indicando a não existência de problema de multicolinearidade no modelo.

A Tabela 5 mostra os resultados do modelo de regressão do indicador financeiro ROA como variável dependente e o controle interno como variável independente. A variável CI nesse modelo teve um coeficiente positivo e significativo a um nível de significância a 1%, resultando que a variável de CI tem uma relação estatisticamente significativa para o modelo, ou seja, as empresas que adotam práticas de controle interno aumentaram seu retorno sobre o ativo. Os resultados deste estudo alinham-se com os de Catapan et al. (2013), evidenciando que as práticas referentes aos controles internos afetam positivamente o desempenho do ROA.

Segundo a Tabela 5, com exceção da variável do novo mercado que possui coeficiente positivo e não afeta o desempenho do ROA, as demais variáveis de controle possuem coeficiente negativo, contudo as variáveis de endividamento, tamanho da empresa, os setores de bens industriais, consumo cíclico e consumo não-cíclico e os anos de 2018, 2019 e 2020 impactaram significativamente o desempenho do ROA.

A variável de endividamento afeta o desempenho do ROA a um nível de significância a 1%, entende-se que quanto maior for o endividamento da empresa, menor será o retorno dos ativos. Com o ROA menor, as empresas terão dificuldades em medir a eficácia da alocação de ativos na empresa, afetando a tomada de decisão sobre seus investimentos. Para que a empresa tenha um ROA maior, será necessário avaliar e considerar melhor seus ativos de forma mais eficiente, para que a empresa tenha investimentos mais promissores.

Na variável tamanho da empresa, foi medida através dos ativos totais da empresa, e constatou ser determinante para o desempenho do ROA, no modelo proposto teve um coeficiente negativo, e a um nível de significância de 5%, isso mostra que quanto maior for o tamanho das empresas, menor será o índice do retorno sobre os ativos.

Conforme estudos de Kalil e Benedicto (2018), foram utilizados como variáveis de controle o endividamento geral e o tamanho das empresas, e os resultados mostraram que as variáveis foram significativas para o modelo, porém diferente desse estudo os resultados mostraram que essas variáveis afetaram o desempenho do ROA positivamente, ou seja, quanto maior o endividamento e o tamanho das empresas, maior é o desempenho do ROA.

Na *dummy* de setor, todos os setores tiveram uma relação negativa com o desempenho do ROA, dependendo do setor que a empresa está é relevante para a rentabilidade da empresa. Os setores de bens industriais e consumo cíclicos foram significativos para o modelo, ambos a um nível de significância de 1%, já o setor de consumo não cíclico também foi significativo para o estudo, porém a um nível de significância de 10%. O fato de as empresas serem dos setores de bens industriais, consumo cíclicos e consumo não cíclico fazem com que tenham um ROA menor em comparação com as empresas que não são desses setores. Com isso, observou-se nesse estudo que os resultados para os setores financeiro, materiais básicos, petróleo, gás e biocombustíveis, saúde e utilidade pública analisados durante o período dessa pesquisa, não foram significativos para o desempenho do ROA, ou seja, é indiferente para a rentabilidade do ativo, as empresas que pertencerem a esses setores.

Para o desempenho do indicador financeiro ROA, os anos de 2018, 2019 e 2020 analisados no período desse estudo foram relevantes para desempenho das empresas, e nos resultados mostraram que tiveram uma relação negativa em relação ao desempenho do ROA, contudo, os anos de 2018 e 2019 foram estatisticamente significativos, ambos a um nível de significância de 10%, já o ano de 2020 também foi estatisticamente significativo, porém a um nível de significância de 1%, isso indica que, características que ocorreram nas empresas



durante os anos de 2018, 2019 e 2020 impactaram no desempenho financeiro das empresas medido através do ROA.

Os resultados em relação ao ROA estão apresentados conforme a Tabela 5.

Tabela 5

**Resultados das variáveis em relação ao indicador financeiro ROA**

Variável	ROA <sup>(1)</sup>
Controle Interno	0,007*** (0,00)
Endividamento	-0,173*** (0,02)
Novo Mercado	0,008 (0,01)
Tamanho da Empresa	-0,013** (0,01)
Setor – Bens Industriais	-0,074*** (0,02)
Setor – Consumo Cíclico	-0,051*** (0,02)
Setor – Consumo Não Cíclico	-0,031* (0,02)
Setor – Financeiro	-0,005 (0,02)
Setor – Materiais Básicos	-0,012 (0,02)
Setor – Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0,000 (,)
Setor – Saúde	-0,012 (0,02)
Setor – Utilidade pública	-0,009 (0,02)
Ano – 2018	-0,020* (0,01)
Ano – 2019	-0,022* (0,01)
Ano – 2020	-0,035*** (0,01)
Ano – 2021	0,000 (,)
Constant	0,383*** (0,10)
R <sup>2</sup>	0,3662
Número de obs.	333
Estatística X <sup>2</sup>	10,86
p	0,00

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Nota: <sup>(1)</sup> Retorno sobre o ativo (ROA); erros padrão entre parênteses; e os valores significantes a 10%, 5% e 1%, estão indicados por \*, \*\* e \*\*\*, respectivamente

Segundo a Tabela 6, os resultados do modelo de regressão para o indicador financeiro ROE como variável dependente e o controle interno como variável independente, apresentaram um coeficiente positivo e significativo a um nível de significância a 1%, resultando que a variável de CI teve uma relação estatisticamente significativa para o modelo, ou seja, as empresas que adotam práticas de controle interno aumentaram seu retorno sobre o patrimônio líquido. Os resultados deste estudo alinham-se com os de De Almeida et al. (2018),



evidenciando que as práticas referentes aos controles internos afetam positivamente o desempenho do ROE.

Conforme a Tabela 6, todas as variáveis de controle possuem coeficiente negativo, no entanto, as variáveis de tamanho da empresa, setor de consumo cíclico e setor de saúde impactaram significativamente o desempenho do ROE. E conforme esse estudo, ao contrário do ROA, o endividamento não alterou o desempenho do ROE.

A variável de tamanho da empresa, assim como o ROA, afetou o desempenho do ROE, e com um coeficiente negativo e a um nível de significância a 5%, isso mostra que quanto maior for o tamanho das empresas, menor será o desempenho financeiro através do retorno sobre o patrimônio líquido.

Para o indicador ROE, na *dummy* de setor, os resultados mostraram que dependendo do setor que a empresa está é relevante ou não para o desempenho do ROE, os resultados apresentados observou-se que o setor consumo cíclicos e o setor de saúde foram significativos para o modelo, todavia, o setor de consumo cíclico a um nível de significância de 5% e o setor de saúde a um nível de significância de 10%, com isso entende-se que o fato das empresas serem dos setores consumo cíclicos e de saúde fazem com que tenham um ROE menor em comparação com as empresas que não são desses setores. Contudo, conforme a tabela 6, os demais setores dessa pesquisa não apresentaram serem estatisticamente significativos para o desempenho do ROE, isso mostra que é indiferente as empresas serem desses setores.

Na *dummy* de ano, os anos de 2018 a 2021 não foram significativos para o desempenho do ROE, isso revela que características que ocorreram durante esses anos não impactaram no desempenho financeiro das empresas, ou seja, durante esse período para as empresas desse estudo o desempenho do ROE não foi afetado, com isso aumentando para essas organizações a capacidade em gerar valor ao negócio e aos investidores através do uso de recursos próprios da empresa.

Os resultados em relação ao ROE estão apresentados conforme a Tabela 6.

Tabela 6

**Resultados das variáveis em relação ao indicador financeiro ROE**

Variável	ROE <sup>(1)</sup>
Controle Interno	0,048*** (0,02)
Endividamento	-0,133 (0,21)
Novo Mercado	-0,035 (0,05)
Tamanho da Empresa	-0,047** (0,02)
Setor – Bens Industriais	-0,093 (0,09)
Setor – Consumo Cíclico	-0,175** (0,07)
Setor – Consumo Não Cíclico	-0,102 (0,11)
Setor – Financeiro	-0,032 (0,05)
Setor – Materiais Básicos	-0,122 (0,10)
Setor – Petróleo, Gás e Biocombustíveis	0,000 (.)

(continua)



Variável	(continuação) ROE <sup>(1)</sup>
Setor – Saúde	-0,101* (0,06)
Setor – Utilidade pública	-0,037 (0,04)
Ano – 2018	-0,068 (0,07)
Ano – 2019	-0,077 (0,07)
Ano – 2020	-0,105 (0,09)
Ano – 2021	0,000 (.)
Constant	0,872** (0,38)
R <sup>2</sup>	0,0531
Número de obs.	333
Estatística X <sup>2</sup>	1,96
p	0,02

Fonte: Resultados originais da pesquisa

Nota: <sup>(1)</sup> Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE); erros padrão entre parênteses; e os valores significantes a 10%, 5% e 1%, estão indicados por \*, \*\* e \*\*\*, respectivamente

Estudos anteriores, também mostraram que foram utilizadas as medidas de desempenho financeiro através do ROA e ROE, nos resultados encontraram uma relação positiva entre a rentabilidade e a governança (Gotardelo, 2006).

Para o teste de hipótese, a partir do momento que a variável de interesse, a qual é o controle interno, apresenta significância estatística, ela confirma a hipótese, ou seja, os controles internos são relevantes e afetam o desempenho da empresa, tanto para o indicador ROA quanto para o indicador ROE.

Com base nos resultados desse estudo, ao estimarmos um modelo de regressão, as variáveis dependentes, ROA e ROE e a variável independente CI, os resultados apresentaram um coeficiente de determinação (R<sup>2</sup>) de 0,3662 para o ROA e 0,0531 para o ROE, mostrando que para o ROA o modelo explica aproximadamente 36% da variação da variável dependente, e para o ROE aproximadamente 5%. Já o teste F, que determina se a relação é estatisticamente significativa entre o modelo e as variáveis, indica que, para esse estudo, pelo menos 1 (um) beta é estatisticamente diferente de 0 (zero) medido através do ROA e do ROE.

### Considerações Finais

Esta pesquisa teve a finalidade de analisar os controles internos e seu relacionamento com o desempenho organizacional das empresas listadas na B3, conforme o índice IBrX100 no período de 2018 a 2021. As empresas têm necessidade de se manterem no mercado competitivo e precisam dispor de mecanismos eficientes que auxiliam na tomada de decisões.

O controle interno tem um papel importante na determinação do desempenho financeiro e deve fazer parte da rotina das organizações, a falta desses controles podem resultar em erros ou fraudes contábeis, causando impactos negativos no desempenho organizacional, sendo assim reduzindo o retorno sobre os ativos e sobre o patrimônio líquido.

Para uma gestão eficaz é necessário o acompanhamento dos controles internos e as organizações devem investir em medidas de controle interno robustas e em processos eficientes.



Considerando o objetivo do estudo, a aplicação quanto ao uso dos controles internos nas organizações, mostrou-se uma ferramenta importante para a obtenção dos seus resultados. O controle interno afeta positivamente o desempenho das empresas medido através dos índices de rentabilidade ROA e ROE, e teve uma relação estatisticamente significativa para o modelo.

Esse trabalho tem por objetivo ampliar o conhecimento e entendimento dos profissionais e acadêmicos quanto a importância de um sistema estruturado de controle interno e sua contribuição para as empresas em alcançar excelência nos seus resultados.

Os resultados obtidos nessa pesquisa se limitam ao conjunto de empresas analisadas, para analisar a prática do controle interno na governança corporativa das organizações, sugere-se como temas de pesquisas futuras, a ampliação da amostra, com a inclusão de todas as empresas listadas no Brasil, Bolsa e Balcão (B3), e a inclusão de outras variáveis no modelo, que também possam impactar o desempenho financeiro das empresas.

## Referências

ALMEIDA, M. C. (2017). Auditoria: abordagem completa e moderna.

Neto, A. A. (2003). *Finanças corporativas e valor*. Atlas. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026184>>. Acesso em: 13 outubro 2022.

Beuren, I. M. (1998). *Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial*.

Bortoluzzi, S. C., Ensslin, S. R., & Ensslin, L. (2010). Avaliação de desempenho dos aspectos tangíveis e intangíveis da área de mercado: estudo de caso em uma média empresa industrial. *Revista brasileira de gestão de negócios*, 12, 425-446.

de Freitas Brandão, I., & Crisóstomo, V. L. (2015). Concentração de propriedade e qualidade da governança da empresa brasileira. *Brazilian Review of Finance*, 13(3), 438-469.

Bruni, A. L. (2013). *Estatística aplicada à gestão empresarial*. Editora Atlas SA.

Camargo, R. D. C. C. P., & Flach, L. (2016). Audit report lag e expertise da firma de auditoria: uma análise com empresas listadas na BM&FBOVESPA. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 181-203.

Catapan, A., Colauto, R. D., & Barros, C. M. E. (2013). A relação entre a governança corporativa e o desempenho econômico-financeiro de empresas de capital aberto do Brasil. *Contabilidade, Gestão e Governança*, 16(2).

Chiavenato, I. (2005). *Administração nos novos tempos*. Elsevier Brasil.

COSO. Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. (2013). *Internal Control – Integrated Framework*. New York, NY, EUA.



Crisóstomo, V. L., & Girão, A. M. C. (2019). Análise do compliance das empresas brasileiras às boas práticas de governança corporativa. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036, 11(2)*, 40-64.

Curcino, G. M., Lemes, S., & Botinha, R. A. (2014). Efeito do resultado abrangente nos indicadores de desempenho das companhias abertas brasileiras. *Revista Evidenciação Contábil & Finanças, 2(3)*, 24-40.

Damodaran, A. (2009). *Finanças Corporativas-: Teoria e Prática*. Bookman Editora.

da Silva, A., Ramos, S. P., Kroenke, A., & Hein, N. (2019). Análise exploratória de indicadores de desempenho. *RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia, 18(1)*, 157-176.

de Almeida, F. T., Parente, P. H. N., De Luca, M. M. M., & de Vasconcelos, A. C. (2018). Governança corporativa e desempenho empresarial: uma análise nas empresas brasileiras de construção e engenharia. *Gestão & Regionalidade, 34(100)*, 110-126.

Fávero, Luiz Paulo. (2015). *Análise de dados: modelos de regressão com Excel, Stata e SPSS*. 1ed. Editora GEN LTC, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788595153226>. Acesso em: 1 novembro. 2022.

GIL, Antônio Carlos. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7ed. Editora Atlas, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597020991>. Acesso em: 14 outubro 2022.

GIL, Antônio Carlos. (2022). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 7ed. Editora Atlas, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9786559771653>. Acesso em: 14 outubro 2022.

Gonçalves, H. S., dos Anjos, L. C. M., & de Lima Freitas, M. A. (2019). Relato integrado e desempenho financeiro das empresas listadas na B3. *RACE-Revista de Administração, Contabilidade e Economia, 18(2)*, 345-362.

Gotardelo, D. R. (2006). *Estudo das práticas de governança corporativa e o desempenho organizacional: uma análise envolvendo rentabilidade, volatilidade e valor de mercado* (Doctoral dissertation, Dissertação de Mestrado em Administração, Faculdade de Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas), Belo Horizonte, MG, Brasil).

Kalil, J. P. A., & de Benedicto, G. C. (2018). Impactos da oferta pública inicial de ações no desempenho econômico-financeiro de empresas brasileiras na B3. *Race: revista de administração, contabilidade e economia, 17(1)*, 197-224.

Lizote, S. A., de Fátima Teston, S., de Aguiar, D. S. F. A., Gaiato, G. G., & Kolassa, S. M. (2021). Controles internos e sua relação com o desempenho organizacional. *Revista Mineira de Contabilidade, 22(2)*, 80-90.



Lopes, I. M. de O., Marques, V. A. & Louzada, L. C. (2019). Deficiências dos controles internos das empresas listadas na (B3). *Revista Evidenciação Contábil e Finanças*, 7(3), 105-126.

Maffei, J. L. G. (2017). *CURSO DE AUDITORIA-Introdução à auditoria de acordo com as normas internacionais e melhores práticas*. Saraiva Educação SA.

Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2021). *Fundamentos de metodologia científica*. 9ed. São Paulo: Atlas. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597026580>>. Acesso em: 14 outubro 2022.

Marion, J. C. (2010). *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. 6ed. Editora Atlas, São Paulo, SP, Brasil.

Nunes, J. G., Teixeira, A. J., Nossa, V., & Galdi, F. C. (2010). Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&F Bovespa de sustentabilidade empresarial. *Base Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, 7(4), 328-340.

Pizo, F. (2018). Mapeamento de Controles Internos SOX: práticas de controles internos sobre as demonstrações financeiras. *São Paulo: Atlas*. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597016345>> Acesso em: 11 outubro 2022.

Silva, J. P. (2013). *Análise financeira das empresas*. 12ed. São Paulo: Atlas.

Vergara, S. C. (2006). Projetos e relatórios de pesquisa. *São Paulo: Atlas*, 34, 38. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/books/9788597007480>>. Acesso em: 14 outubro 2022.

Wardil, F. S. (2009). *Análise do impacto das ofertas públicas iniciais sobre as empresas brasileiras: utilizando indicadores contábeis calculados a partir de evidências empíricas no Brasil* (Doctoral dissertation).



## Anexo 1

Tabela 7. Práticas referentes aos controles internos, contendo os princípios da governança corporativa e a descrição das práticas recomendadas de cada item

Princípio	Prática Recomendada
4.1 Comitê de Auditoria	4.1.1 O comitê de auditoria estatutário deve: (i) ter entre suas atribuições a de assessorar o conselho de administração no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e compliance; (ii) ser formado em sua maioria por membros independentes e coordenado por um conselheiro independente; (iii) ter ao menos um de seus membros independentes com experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria, cumulativamente; e (iv) possuir orçamento próprio para a contratação de consultores para assuntos contábeis, jurídicos ou outros temas, quando necessária a opinião de um especialista externo.
4.2 Conselho Fiscal	4.2.1 O conselho fiscal deve ter um regimento interno próprio que descreva sua estrutura, seu funcionamento, programa de trabalho, seus papéis e responsabilidades, sem criar embaraço à atuação individual de seus membros.
4.2 Conselho Fiscal	4.2.2 As atas das reuniões do conselho fiscal devem observar as mesmas regras de divulgação das atas do conselho de administração.
4.3 Auditoria Independente	4.3.1 A companhia deve estabelecer uma política para contratação de serviços extra-auditoria de seus auditores independentes, aprovada pelo conselho de administração, que proíba a contratação de serviços extra-auditoria que possam comprometer a independência dos auditores. A companhia não deve contratar como auditor independente quem tenha prestado serviços de auditoria interna para a companhia há menos de três anos.
4.3 Auditoria Independente	4.3.2 A equipe de auditoria independente deve reportar-se ao conselho de administração, por meio do comitê de auditoria, se existente. O comitê de auditoria deverá monitorar a efetividade do trabalho dos auditores independentes, assim como sua independência. Deve, ainda, avaliar e discutir o plano anual de trabalho do auditor independente e encaminhá-lo para a apreciação do conselho de administração.
4.4 Auditoria Interna	4.4.1 A companhia deve ter uma área de auditoria interna vinculada diretamente ao conselho de administração.
4.4 Auditoria Interna	4.4.2 Em caso de terceirização dessa atividade, os serviços de auditoria interna não devem ser exercidos pela mesma empresa que presta serviços de auditoria das demonstrações financeiras. A companhia não deve contratar para auditoria interna quem tenha prestado serviços de auditoria independente para a companhia há menos de três anos.
4.5 Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Integridade/Conformidade (Compliance)	4.5.1 A companhia deve adotar política de gerenciamento de riscos, aprovada pelo conselho de administração, que inclua a definição dos riscos para os quais se busca proteção, os instrumentos utilizados para tanto, a estrutura organizacional para gerenciamento de riscos, a avaliação da adequação da estrutura operacional e de controles internos na verificação da sua efetividade, além de definir diretrizes para o estabelecimento dos limites aceitáveis para a exposição da companhia a esses riscos.

(continua)





(continuação)

Princípio	Prática Recomendada
4.5 Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Integridade/Conformidade (Compliance)	4.5.2 Cabe ao conselho de administração zelar para que a diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer, avaliar e controlar os riscos, a fim de mantê-los em níveis compatíveis com os limites fixados, incluindo programa de integridade/conformidade (compliance) visando o cumprimento de leis, regulamentos e normas externas e internas.
4.5 Gerenciamento de Riscos, Controles Internos e Integridade/Conformidade (Compliance)	4.5.3 A diretoria deve avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia das políticas e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação.

Fonte: Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas